

4.1. Artigos Originais

4.1.1 Linhas de crédito bancário para empresas de pequeno porte no Brasil

Mauricio Santos Gomes; Lourival Severino Andrade

Linhas de crédito bancário para empresas de pequeno porte no Brasil

M. S. GOMES (1); L. S. ANDRADE(2)

(1) Profissional graduado em: Administração de Empresas com MBA em Gestão de Finanças. E-mail: mauricio_g2007@hotmail.com

(2) Mestre em Ciências Humanas, pela Universidade Santo Amaro (2021). Pós-Graduado em Finanças de Empresas, MBA em Marketing, MBA em Gestão em Instituição de Ensino Superior, graduado em Administração de Empresas. E-mail: lourivalsa@gmail.com

COMO CITAR O ARTIGO:

GOMES, M.S.; ANDRADE, L.S. **Linhas de crédito bancário para empresas de pequeno porte no Brasil**. URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.12, n.1, p.256-279 , jan/2022

RESUMO

O presente artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de cunho descritivo e têm como finalidade abordar as questões relacionadas a linhas de crédito bancárias disponíveis para empresas de pequeno porte no Brasil. Nesse sentido, buscou-se entender quais são as linhas de crédito atuais disponíveis nas instituições bancárias e apontar os principais fatores que impactam para sua aprovação e liberação, apresentar os mecanismos facilitadores apropriados para que os créditos cheguem às empresas de forma mais rápida e eficaz para suprir as necessidades. Foi possível observar que, devido à crise econômica em que o país está atravessando, houve um crescente aumento no número de empresas interessadas em obter empréstimos de curto prazo para manter suas operações, contudo ressaltam-se algumas impossibilidades de obtenção e aprovação de crédito de curto prazo para o financiamento de capital de giro, observando aspectos que contribuem para minimizar as dificuldades na obtenção de aprovação de limites de linhas de crédito, motivando a busca por mecanismos que possam apoiar os gestores das empresas de pequeno porte no Brasil.

Palavras-chave: Empresas de pequeno porte. Linhas de crédito. Instituições financeiras e bancárias.

ABSTRACT

This article is based on a bibliographic review of a descriptive nature and aims to address the issues related to the bank credit lines available for small companies in Brazil. In this sense, we sought to understand what are the current lines of credit available in banking institutions, and point out the main factors that impact their approval and release, and present the appropriate facilitating mechanisms so that credits reach companies more quickly and effectively to meet their needs. It was possible to observe that due to the economic crisis in which the country is going through, there was a growing increase in the number of companies interested in obtaining short-term loans to maintain their operations, however, some impossibility of obtaining and approving short-term credit are highlighted for working capital financing, observing aspects that contribute to minimize the difficulties in obtaining approval of credit line limits, motivating the search for mechanisms that can support the managers of small companies in Brazil.

Keywords: Company small business. Credit lines. Financial and banking institutions

INTRODUÇÃO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas Empresas - SEBRAE (2020) -, existem aproximadamente 9 milhões de empresas de pequeno porte no Brasil que apresentam um faturamento elevado, assim elas geram empregos, alta quantidade de aquisições de materiais e suprimentos. Além disso, podem ser fornecedoras de serviços e produtos para as mais diversas áreas, desde pequenas, médias e grandes empresas. Assim, elas são consideradas impulsionadoras da economia do país.

Uma pesquisa divulgada em abril de 2021 pelo SEBRAE apontou que a maioria (60%) dos donos de pequenos negócios que já buscaram crédito no sistema financeiro desde o início da crise do coronavírus teve o pedido negado. A pesquisa mostrou que existe um desconhecimento por parte dos empresários a respeito das linhas de crédito que estão sendo disponibilizadas pelo governo com parcerias de instituições bancárias para evitar demissões.

Não obstante, é preciso compreender os motivos que levam a esse desconhecimento e as causas possíveis que acarretam para a negativa dos pedidos de crédito nas instituições financeiras e bancárias.

O presente estudo buscará responder ao seguinte questionamento: Quais são os principais desafios de empresas brasileiras de pequeno porte em obter empréstimos com instituições bancárias?

O estudo que será desenvolvido tem como finalidade analisar como empresas de pequeno porte no Brasil lidam com a busca por

empréstimos bancários, entender quais são linhas de crédito disponíveis e acessíveis; conhecer estratégias para obter aprovação do crédito e quais são exigências das instituições financeiras e bancárias.

A justificativa do tema surgiu em razão dos apontamentos e das dificuldades para obtenção de empréstimos e financiamentos bancários no que tange as linhas crédito disponíveis e acessíveis para empresas de pequeno porte no Brasil, gerando, assim, busca por formas e mecanismos para lidar com ela.

A metodologia utilizada para o presente estudo é uma pesquisa exploratória, qualitativa e suportada por dados obtidos em fontes bibliográficas, e documentais, a partir de pesquisas realizadas por fontes seguras e do aporte teórico de autores da área financeira que reforçam ainda mais a importância e a aplicação de conhecimentos no que tange as linhas de crédito.

1. EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL

Para entendermos um pouco melhor sobre o conceito de empresas de pequeno porte, que descreveremos pela sigla EPP, iremos recapitular rapidamente qual o objetivo de empresas, qual é a razão de existir.

De acordo com Nakagawa (1987, p.28): “Os objetivos de uma empresa se localizam entre as suas metas de curto prazo e propósitos básicos e estão associados à sua própria filosofia de planejamento.”

Gitman (2012) define que o objetivo da empresa como o de maximização dos lucros dos acionistas de forma que aumente suas riquezas e patrimônios.

De acordo com Hoji (2007, p.3): “Para a Administração financeira, o objetivo econômico das empresas é a maximização de seus valores de mercado, pois, dessa forma, estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários (acionistas de sociedades por ações e sócios de sociedades por cotas)”.

Após apresentarmos o objetivo das empresas de acordo com os referidos autores, iremos entender como são definidos os portes empresariais das empresas no Brasil.

De acordo com a definição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2020), o enquadramento do porte empresarial está relacionado com a sua Receita Operacional Bruta (ROB) ou Renda anual.

Assim, pelo conceito do BNDES, entende-se que as empresas de pequeno porte estão enquadradas na faixa anual de faturamento entre 360 mil a 4,8 milhões.

Outro conceito encontrado para essa definição do porte empresarial está relacionado diretamente à quantidade de empregados, na fonte do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que utiliza o número de empregados do IBGE como critério de classificação do porte das empresas, para fins bancários, ações de tecnologia, exportação e outros, ou seja, o porte da empresa é medido pela quantidade de funcionários.

Definição por quantidade de empregados, compreendendo que as empresas de pequeno porte na atividade de comércio e serviços de 10 a 49 empregados, já na indústria de 20 a 99 empregados. Obs.: - O presente critério não possui fundamentação legal, para fins legais, vale o previsto na legislação do Simples.

1.1. Empresas de pequeno porte e sua representatividade no cenário econômico

Como vimos anteriormente, as empresas de pequeno porte no Brasil representam um faturamento elevado, assim elas geram empregos, uma alta quantidade de aquisições de materiais e suprimentos. Além disso, podem ser fornecedoras de serviços e produtos para as mais diversas áreas, desde pequenas, médias e grandes empresas. Assim, elas são consideradas impulsionadoras da economia do país.

As empresas podem ser dos mais variados ramos, como por exemplo: padarias, pequenos mercados, lanchonetes, lojas de frutas, floriculturas, serviços administrativos, contábeis, entre muitos outros negócios.

Para termos uma visão ainda melhor da quantidade de empresas de pequeno porte no Brasil, vejamos abaixo os dados atualizados do ano base 2019 segundo a fonte SEBRAE (2020), em que se constatou que existem 896.497 empresas ativas no Brasil.

Quantidade de EPPs por região:

- Sudeste: **479.487**
- Sul: **170.669**
- Nordeste: **122.434**
- Centro-oeste: **69.561**
- Norte: **54.346**

Com base nesses dados, fica cada vez mais evidente a importância das empresas de pequeno porte no cenário nacional. Uma

pesquisa recente divulgada pelo SEBRAE mostrou que os pequenos negócios do setor de serviços puxaram a geração de empregos no país, criando mais de 382,5 mil novas vagas. O montante representa 57% do total de postos de trabalho com carteira assinada em 2019.

Com uma grande contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, essas empresas precisam de incentivos em momentos de dificuldades, por serem mais frágeis perante as empresas maiores.

1.2. Gestão financeira nas empresas de pequeno porte

Independente do porte da empresa, a gestão financeira é fundamental para administração dos negócios. Segundo Matias (2014), na ótica das empresas, empreendedores, diretores e gestores estão, a todo o momento, tomando diversas decisões financeiras, dentre as necessidades de captação de recursos financeiros para financiamento de suas atividades, administração do capital de giro, entre outras.

Para Gitman (2013), a maioria das empresas necessita de uma boa administração financeira, como uma importante área que desempenha papel estratégico na condução de seus negócios e como isso influencia para as melhores tomadas de decisões. No entanto, também reforça que as empresas devem seguir os seus objetivos alinhados com a razão da sua existência sem renunciar suas características importantes nas análises dos dados financeiros como uma fonte de dados concretos inerentes aos resultados realizados.

Faz parte fundamental da administração financeira destinar os seus recursos, seja para uma aplicação, seja em captação de recursos.

Segundo Hoji (2007), a administração financeira de uma empresa é exercida por pessoas ou grupos de pessoas que podem ter diferentes denominações, como: vice-presidente de finanças, diretor financeiro, Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

controller e gerente financeiro, este será denominado o executivo responsável pela administração financeira, reforçando a ideia de que as atividades devem ser conduzidas para obtenção do lucro. Entretanto, vale ressaltar que podem existir as necessidades de tomadas de decisões para captação de recursos financeiros para o financiamento dos ativos correntes e não correntes, considerando-se a combinação adequada dos financiamentos de curto e longo prazo e a estrutura de capital.

2. A IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE CRÉDITO

De acordo com Hoji (2007), é no mercado de crédito que as pessoas físicas e jurídicas suprem as necessidades de caixa de curto e médio prazo (eventualmente de curtíssimo e longo prazo). Geralmente, é nesse mercado que os tomadores de recursos se relacionam com os intermediários financeiros (bancos comerciais e múltiplos, bancos de investimentos e sociedades de crédito, financiamento e investimento), que lhes concedem créditos para suprir as necessidades de capital de giro e as de financiamento de bens e serviços.

De acordo com Lawrence Gitman (2013, p.587):“os bancos emprestam fundos de curto prazo sem garantias de três maneiras principais: notas promissórias de pagamento único, linhas de crédito e contratos de crédito retroativo”.

Nesse sentido, os bancos comerciais e múltiplos, bancos de investimentos e sociedades de crédito, financiamento e investimento exercem papel fundamental para o desenvolvimento das empresas.

Segundo dados da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN (2020) -, atualmente existem quase 200 instituições financeiras no Brasil. Em relatório apresentado no mês de setembro de Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

2020 pela própria FEBRABAN, mostra-se o resultado do saldo de concessão de crédito no Brasil.

Figura 1 – Saldo de concessão de crédito

Concessão – Resultados			
Concessão Consolidado (Valores nominais)	% SFN ¹	Variação Mensal Set.20 / Ago.20	Var. Acumulada 12 meses
Concessão Total de Crédito	74%	9,2%	8,7%
Recursos Livres - Total	74%	11,2%	6,5%
Recursos Direcionados - Total	74%	-1,5%	31,0%
Carteira Total - PF	82%	4,6%	3,3%
Recursos Livres	83%	5,8%	1,6%
Recursos Direcionados	82%	-1,5%	18,4%
Carteira Total - PJ	65%	14,3%	14,9%
Recursos Livres	65%	17,5%	12,1%
Recursos Direcionados	66%	-1,6%	54,8%

(1): Participação das concessões da amostra da Pesquisa em relação ao total do Sistema Financeiro Nacional

FEBRABAN PESQUISA ESPECIAL DE CRÉDITO – SETEMBRO DE 2020

Fonte: Febraban, 2020.

2.1. Fatores que mobilizam a busca de empréstimo bancário

Segundo Assaf (2014), com base nas suas estruturas de balanços, as companhias passam a ser tomadoras de duas grandes decisões: aplicação financeira (investimento) ou captação (financiamento) de recursos financeiros. Basicamente, essas decisões serão tomadas sempre em conjunto, após análises e estudos dos seus ciclos financeiros. Se ocorrer na forma de curto prazo, ou seja apenas para suprir eventuais desencaixes em seus ciclos financeiros para garantir o retorno esperado aos seus acionistas, essas captações podem fazer parte de suas estratégias de gestão.

De acordo com Matias (2014, p.130):

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

As empresas nem sempre conseguem financiar seu capital de giro apenas por meio de suas atividades operacionais, recorrendo a fontes financeiras. Os recursos são obtidos pelas empresas junto às instituições financeiras, como bancos comerciais e múltiplos, financeiras, empresas de factoring, bancos de investimentos.

As empresas com necessidades de caixa e liquidez, principalmente os pequenos negócios, ao se depararem com a interrupção da demanda, têm menos acesso à utilização de linhas de crédito e concorrem com as chamadas linhas pré-aprovadas para empresas maiores, que acabam secando o mercado de oferta de liquidez. Nesse sentido, a implementação de políticas institucionais que liberem linhas de créditos direcionadas para as necessidades específicas das empresas, em especial no nível local, é fator relevante para a sobrevivência delas (MATIAS, 2014).

Lembrando ainda que são inúmeras as modalidades de financiamentos existentes no mercado financeiro, de forma didática, as fontes de capital de terceiros podem ser divididas em financiamentos e empréstimos em moeda nacional ou em moeda estrangeira (HOJI, 2007, p.209).

As operações de crédito mais comuns são:

- Empréstimo para capital de giro;
- Descontos de títulos;
- Conta garantida;
- Assunção de dívidas;
- Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC);
- Repasse de recursos externos (resolução nº2.770);
- Financiamento de importação (FINIMP) e
- Financiamento de serviços e bens de consumo durável.

2.2. Conceito de linhas de crédito

Para Gitman et al. (2013), uma linha de crédito é um contrato firmado entre uma instituição financeira ou banco comercial com uma empresa, na forma de empréstimo ou financiamento, especificando o valor do crédito de curto prazo, podendo ser com ou sem garantia. O banco colocará à disposição da empresa por um determinado período, sendo similar a um contrato no qual os emitentes de cartões de crédito concedem crédito pré-aprovado a portadores de seus cartões em que o saldo é rotativo.

Os contratos de linha de crédito costumam ter vigências de um ano e, frequentemente, impõem algumas restrições ao devedor. Não se trata de um empréstimo garantido, mas dispõe que, se o banco tiver fundos o bastante, permitirá que o tomador lhe deva até um determinado valor em dinheiro. O valor da linha de crédito é o valor máximo que a empresa pode dever ao banco em um momento qualquer (GITMAN, 2013).

2.2.1 Forma de solicitação de linha de crédito

Para obter uma linha de crédito, o tomador deve apresentar documentos como orçamento de caixa, faturamento, demonstrações de resultados pró-forma, balancetes e demonstrações financeiras recentes. Se o banco considerar o cliente aceitável, concederá a linha de crédito. O principal atrativo de uma linha de crédito, do ponto de vista do banco, está em eliminar a avaliação da qualidade de crédito do cliente, sempre que ele pleitear um empréstimo no mesmo ano, ressaltando que, uma vez que a linha de crédito esteja aprovada, a empresa tem um montante à disposição para utilizar sempre que for necessário (GITMAN, 2013).

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

2.2.2 As taxas de juros sobre linha de crédito

A taxa de juros sobre linha de crédito costuma ser estipulada como flutuante – a taxa básica mais um prêmio. Se a taxa básica mudar, a taxa de juros sobre novos usos da linha e sobre o saldo devedor existente mudará automaticamente. O valor cobrado do devedor acima da taxa básica depende de sua qualidade de crédito. Quanto mais elevada essa qualidade, menor o prêmio (incremento de juros) sobre a taxa básica, e vice versa, ressaltando que a cobrança de juros ocorre sobre o valor utilizado e não do disponibilizado pela instituição financeira (ASSAF, 2014).

2.2.3 As restrições dos contratos de linhas de créditos

Os contratos de linhas de crédito podem impor restrições às mudanças operacionais, que dão ao banco o direito de revogar a linha, em caso de mudanças significativas das condições financeiras ou das operações do devedor. Normalmente, a empresa deve fornecer demonstrações financeiras atualizadas e, de preferência, auditadas para fins de avaliação periódica. Além disso, em geral, é necessário informar mudanças dos principais administradores, ou nas operações da empresa, antes que elas ocorram. Essas mudanças afetam as perspectivas e a capacidade de pagamento de dívida da empresa e, portanto, podem alterar sua situação de crédito. Se o banco discordar de alguma delas, e a empresa ainda assim realizá-la, ele terá, então, o direito de revogar a linha de crédito (GITMAN, 2013).

Para garantir que o devedor seja um ‘bom cliente’, muitos empréstimos bancários de curto prazo sem garantias – notas promissórias para pagamento único e linhas de crédito – exigem a

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

manutenção em conta corrente de um saldo mínimo equivalente a uma determinada porcentagem do valor tomado em empréstimo. Os bancos frequentemente exigem saldos mínimos de 10 a 20%. Um saldo mínimo não só obriga o devedor a ser um bom cliente do banco, como também pode elevar o custo dos juros para o tomador de crédito (GITMAN, 2013).

2.3. Conceitos de Instituições financeiras e bancárias

Como vimos anteriormente e com base nos dados da FEBRABAN, no Brasil existem quase 200 instituições financeiras e bancárias, segundo Brito (2013), que atuam no processo de intermediação financeira, compreendendo, sobretudo, diversas modalidades de captação de recursos, operações de crédito, seguros, capitalização, mercado de capitais, poupança e financiamento à habitação, arrendamento mercantil e comércio exterior, sendo essas operações de curto e longo prazo, destacando-se por prestação de aceite ou aval em títulos cambiais para concessão de crédito direto ao consumidor.

Dados agregados pelo SEBRAE revelavam, em 08 de maio de 2020, a existência de ao menos 123 linhas de crédito em 22 Estados, 5 Instituições Federais, 1 Banco privado, 27 Bancos regionais e agências de fomento, 5 Sistemas cooperativos e 9 Cooperativas singulares. Destaca-se que é fundamental a solicitação do agente de crédito para inclusão da linha no documento, o que torna o número real de linhas de crédito de combate ao COVID-19 possivelmente superiores aos apresentados (SEBRAE, 2020).

2.3.1 Bancos múltiplos

Segundo informações disponibilizadas no site do Banco Central do Brasil (Bacen), Bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento organizarem-se em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria.

Trata-se de instituição financeira privada ou pública que realiza as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Como exemplos de alguns dos principais bancos múltiplos, temos: Banco Bradesco; Banco Itaú Unibanco; Banco Santander; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Banco Safra; Banco Banrisul.

2.4. Das análises e concessão de crédito bancário

Os bancos e outras instituições financeiras quase sempre exigem garantias para conceder empréstimos, tanto de curto, quanto de longo prazo. As garantias assumem a forma de reais e de fidejussórias (garantias com base em fé, confiança). As garantias reais são constituídas por hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e caução de títulos. As garantias fidejussórias são o aval e a fiança. De modo geral, os empréstimos bancários de curto prazo para suprir recursos para o capital de giro das empresas podem ser classificados em empréstimos com garantia de recebíveis e empréstimos sem garantia de recebíveis (ROSS et al., 2013).

2.4.1 Relacionamento bancário

Segundo Matias (2014), para que uma empresa obtenha crédito junto a uma instituição financeira, é necessário que seja feita uma análise de risco de crédito, isso inclui a análise das suas informações qualitativas, análise das informações restritivas e a análise de suas informações financeiras e contábeis, o que terá peso decisivo na concessão de crédito, uma vez que identificará a capacidade de gerar caixa e de pagamento da empresa, mostrando o seu comprometimento com terceiros e classificando ao risco de crédito.

2.4.2 Reciprocidade bancária

Segundo Matias (2014), é a forma com que as instituições bancárias tentam elevar a rentabilidade de suas aplicações, refletindo, por sua vez, no custo para o cliente. Em época de escassez de recursos, dadas por políticas monetárias restritivas de crédito que levam a uma maior seletividade, essa modalidade indireta de encargo é mais adotada. As práticas mais comuns observadas nas instituições financeiras para conseguir reciprocidade de seus clientes são a retenção em conta corrente, por um período de tempo, dos valores oriundos do crédito concedido, gerando, dessa forma, saldo médio.

2.4.3 Encargos e impostos

Em toda operação de empréstimo, há incidência de IOF e seu pagamento pode dar-se de duas formas: por subtração do montante emprestado, ou seja, o cliente recebe o valor solicitado menos o valor referente ao IOF, ou ele recebe o valor desejado acrescido do IOF a ser pago. Dessa forma, o valor do empréstimo concedido pelo banco é

maior do que o desejado pelo cliente e dizemos que o IOF é financiado (MATIAS, 2014).

2.4.4 Saldo médio

Segundo Ross et al (2013), ainda como parte das condições para concessão de uma linha de crédito ou de outro contrato de financiamento, os bancos às vezes exigem que as empresas mantenham certa quantidade de dinheiro depositada na conta corrente. Isso é chamado de saldo médio. Um saldo médio é parte do dinheiro da empresa que é mantido no banco em contas com juros baixos ou sem juros.

2.4.5 Riscos de crédito

A Central de Risco de Crédito (CRC) é uma central de informações de crédito do sistema financeiro nacional, gerenciada pelo Banco Central, englobando informações de todas as instituições financeiras que o compõem. O objetivo básico de criação da CRC é o de prever e prevenir eventuais crises no mercado financeiro provenientes de problemas de cobranças nas carteiras de crédito das instituições (ROSS et al., 2014).

O Banco Central tornou obrigatória para a instituição financeira classificar as operações de créditos concedidos segundo seu risco, utilizando uma escala de rating proposta pela própria autoridade pública. Essa escala, dividida em classes de risco e dispostas em ordem crescente, apresenta definida, em cada classe assinalada, uma expectativa de perda na operação (risco) expressa em percentual para provisionamento (BACEN, 2020).

Figura 2 – Classes de risco e provisionamento

Tabelas de Risco do Banco Central		
<i>Classe de Risco</i>	<i>Percentual de Provisionamento</i>	<i>Dias de Atraso</i>
AA	0%	–
A	0,5%	–
B	1,0%	15 a 20 dias
C	3,0%	31 a 60 dias
D	10,0%	61 a 90 dias
E	30,0%	91 a 120 dias
F	50,0%	121 a 150 dias
G	70,0%	151 a 180 dias
H	100,0%	acima de 180 dias

Fonte: BACEN, 2019.

A definição do percentual de provisionamento definido pelo Banco Central deve ser feita segundo o modelo de risco desenvolvido por cada banco. Esses modelos são geralmente probabilísticos, medindo as chances de cada evento ocorrer. Periodicamente, ainda por ocasião da publicação das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras, deve ser feita a atualização dos níveis de classificação de risco, obedecidos os prazos constantes da terceira coluna (dias de atraso) da Tabela de Risco (BACEN, 2020).

3. DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA LIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO

Uma das formas mais rápidas de captar recursos e empréstimos seria por meio das linhas de crédito disponíveis em conta corrente das empresas. Como vimos, às instituições financeiras e bancárias é solicitada uma série de documentos, garantias, entre outros para as aprovações e liberação de linhas de crédito. Observa-se que as análises estão cada vez mais rigorosas e minuciosas, o que acaba dificultando muito empresas de pequeno porte.

A pesquisa divulgada em abril de 2021 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) apontou que a maioria (60%) dos donos de pequenos negócios que já buscaram crédito no sistema financeiro desde o início da crise do coronavírus teve o pedido negado.

O estudo mostrou também que ainda há bastante desconhecimento dos empresários a respeito das linhas de crédito que estão sendo disponibilizadas para evitar demissões.

Vale ressaltar uma matéria especial da revista exame publicada em julho de 2020, que demonstra que apenas 18% das PMEs conseguiram crédito durante a pandemia, sendo os principais motivos para a recusa dos bancos na concessão do crédito, segundo essa mesma reportagem, os relacionados ao elevado número de EPPs negativação do Cadim/ Serasa por parte das EPPs, além das rigorosas exigências bancárias e o aumento da concorrência na procura por empréstimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas informações obtidas neste estudo, foi possível identificar as principais dificuldades para obtenção e aprovação do crédito de curto

prazo para o financiamento de capital de giro por parte das empresas de pequeno porte no Brasil.

Foi possível observar que, devido à crise econômica em que o país está atravessando, houve crescente aumento no número de empresas de todos os portes interessadas em obter empréstimos de curto prazo para manter suas operações, aumentando a procura e, como consequência, as empresas menores acabam tendo mais dificuldades na obtenção de linhas de crédito. Mostra-se, também, que dificuldades relacionadas com as limitações das instituições bancárias e do governo em estabelecer linhas de crédito acessíveis para pequenas empresas, essa indisponibilidade de linhas de crédito para atender a esse segmento empresarial.

Além disso, permite observar outro aspecto, relacionado às gestões dessas empresas, mostrando que é necessário que estejam atentas aos requisitos e que tenham informações atualizadas das suas demonstrações financeiras e contábeis, garantias exigidas para eventuais análises por parte das instituições financeiras e bancárias e, posteriormente, possam obter aprovação de limites de linhas de crédito.

Entende-se que o melhor mecanismo seria o preventivo, observando e requisitando as aprovações de limites e linhas de crédito com antecedência, de forma que deixem essas sob aviso, isso também pode ser traduzido em melhor performance de negociações, uma vez que podem negociar melhor condições, taxas e prazos.

Adicionalmente, a despeito de o tema ser bastante estudado, com resultados divulgados em publicações científicas, é necessário e válido que ocorram revisões e estudos mais aprofundados, pois o mercado de crédito está em constante evolução, surgindo tecnologias, conceitos e aplicabilidades constantes, para os órgãos regulatórios, instituições

bancárias, empresas de pequeno porte e suas gestões, os quais requerem sempre atualizações.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre **Mercado financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Classificação das operações de crédito do sistema financeiro. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2000/06/ri200006b1p.pdf>. Acesso em: 30/10/2020.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO SOCIAL - BNDES. Porte empresarial. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. Acesso em: 12/09/2020.

BRITO, Osias. **Mercado Financeiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DATA SEBRAE. **QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS NO BRASIL**. Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>. Acesso em: 15/09/2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Pesquisa especial de crédito. Disponível em: https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Especial%20Cr%C3%A9dito_setembro_20%20-%20imprensa.pdf. Acesso em: 31/10/2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Quantidade de bancos. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3056/27/pt-br/busca-banco>. Acesso em: 20/10/2020.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Person, 2013.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Curto Prazo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NAKAGAWA, Masayuki. **Estudo de alguns aspectos de controladoria que contribuem para eficácia gerencial**: 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Porte da empresa. Disponível em: https://www38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Porte_da_Empresa.htm. Acesso em: 12/09/2020.

REVISTA EXAME. Pequenas e médias empresas. Disponível em: <https://exame.com/pme/apenas-18-das-pequenas-empresas-que-buscaram-credito-conseguiram>. Acesso em: 06/11/2020

ROSS, Stephen A. et al. **Fundamentos de Administração Financeira**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

SEBRAE. Definição de porte de estabelecimento. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/ME_conceito_empregados.pdf. Acesso em: 12/09/2020.

SEBRAE. Empresas de pequeno porte. Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/epp-microempresa-mei/>. Acesso em: 18/09/2020.

SEBRAE. Linhas de crédito. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/linhas-de-credito,be990af026458510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 12/09/2020.

SIMPI. Boletim de tendências das micro e pequenas indústrias de São Paulo. Disponível em: <http://www.simpi.com.br/boletimsimpi.html>. Acesso em: 31/10/2020.